

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 3 | DEMOCRACIA, CONTROLE SOCIAL E GESTÃO

DESEMPENHO CREDITÍCIO DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA BRASILEIRA ENTRE 2016 E 2018

Juliano Vargas ¹
Andreia Kahler ²

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar o desempenho creditício de uma instituição financeira (IF) pública brasileira entre 2016 e 2018. O estudo está estruturado em três seções: i) referencial teórico; ii) metodologia; iii) análise creditícia da instituição financeira pública selecionada. Após análises dos dados, seus demonstrativos financeiros permitem inferir que após a queda significativa dos valores monetários aplicados em concessão de crédito no ano de 2016, a carteira de crédito da IF pesquisada acendeu, atingindo seu melhor resultado em 2018. Nesse quesito, a provisão para perdas apresentou movimento de retração, indicando o encolhimento do risco na carteira de crédito. Na análise comparada, a IF pesquisada revelou em 2016 redução 4,93% maior que a das IFs atuantes no mercado nacional agregadamente. Esta tendência se inverteu nos dois anos seguintes, com que a IF pesquisada apresentou carteira de crédito 3,13% acima da média do mercado nacional.

Palavras-Chaves: Brasil. Crédito. Instituição financeira pública.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to investigate the credit performance of a Brazilian public financial institution among 2016 and 2018. The study has three sections: i) theoretical framework; ii) methodology; iii) credit analysis of the selected public financial institution. After analyzing the data, its financial statements allow us to infer that after the significant fall in the monetary values invested in credit granting in 2016, the credit portfolio of the surveyed IF lit, reaching its best result in 2018. In this regard, the provision for losses showed a downward movement, indicating a shrinking risk in the credit portfolio. In the comparative analysis, the researched IF revealed in 2016 a 4.93% greater reduction

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: juliano.vargas@ufpi.edu.br

² Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). E-mail: akahler1@ucs.br

than that of the IFs operating in the national market in aggregate. This trend was reversed in the following two years, with which the researched IF presented a credit portfolio 3.13% above the national market average.

Keywords: Brazil. Credit. Public financial institution.

1 INTRODUÇÃO

As instituições monetárias operam principalmente com a intermediação financeira, com que o crédito assume papel determinante na captação de novos recursos para estas entidades. As variações nas contas de operações de crédito das demonstrações contábeis apontam o rumo que uma instituição desta natureza vislumbra para seu futuro. Para que tenha lucratividade e rentabilidade, sua função predominante – oferecer crédito – precisa estar bem estruturada com os objetivos da organização, acompanhando tendências do mercado monetário e mantendo o foco na sustentabilidade econômica e financeira.

Neste sentido, observa-se a carteira de crédito como um relevante componente das demonstrações contábeis bancárias. Este elemento do ativo contribui para geração de lucros e liquidez nas instituições financeiras. Para seu efetivo crescimento, deve-se considerar os riscos iminentes à atividade. O crédito é o principal veículo condutor da atividade econômica das instituições financeiras. As variações nas carteiras de crédito apontam o nível de eficiência e sua administração afeta a sustentabilidade financeira destas organizações.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é investigar o desempenho creditício de uma instituição financeira pública brasileira – seu nome fantasia (comercial) será mantido em sigilo, a pedido da IF – entre 2016 e 2018. A justificativa para a pesquisa proposta é que como IF pública, a organização pesquisada tem um papel relevante a cumprir do ponto de vista da política econômica (uma das espécies do gênero políticas públicas, portanto) na economia e sociedade em que está inserida. Assim sendo, é importante democratizar junto à sociedade brasileira como um todo estudo sobre tema

que afeta a vida de todos, o crédito financeiro. Com isto, pretende-se contribuir para este debate preenchendo esta lacuna teórica.

Para atingir o objetivo geral, o estudo está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira contextualiza-se o referencial teórico através de fontes secundárias, derivadas de autores brasileiros que tematizam sobre as instituições financeiras e suas operações de crédito. A segunda discorre sobre a metodologia e a abordagem utilizadas na construção do estudo. Na terceira procede-se a análise creditícia da IF pública selecionada, apresentando-se sua carteira de crédito, comparando-a com as demais instituições financeiras concorrentes atuantes no mercado nacional de modo agregado e, finalmente, interpreta-se os resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção está organizada em duas subseções. A primeira aborda a questão das instituições financeiras, no que se refere ao seu significado, objetivos, divisões e formatos. A segunda trata das operações de crédito, versando sobre sua definição, funções no sistema bancário e classificação quanto ao risco operacional.

2.1 Instituições financeiras

De acordo com a Lei Federal nº 4.595/64, no seu artigo 17, instituições financeiras são “as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”.

As instituições financeiras dividem-se em monetárias e não monetárias. As monetárias – escopo deste artigo – detêm a capacidade de gerar moeda escritural através da captação de depósitos à vista. Estas entidades criam moeda escritural por meio de contas correntes movimentáveis por cheque ou pelo efeito multiplicador do crédito. As instituições monetárias multiplicam a moeda, mas devem seguir determinados regramentos criados pelas autoridades monetárias para controlar a

quantidade de dinheiro na economia, como no caso dos depósitos compulsórios definidos pelo Banco Central (CARVALHO et al., 2015).

No mercado financeiro existem diversos tipos de instituições monetárias, tais como: bancos comerciais, caixas econômicas, cooperativas de crédito e bancos múltiplos com carteira comercial. Dentre suas principais atividades destacam-se as operações de crédito de curto e médio prazo, capital de giro destinado a atender empresas e concessão de crédito rural (ABREU & SILVA, 2017).

As instituições financeiras públicas são agentes especiais do governo, intervindo na execução das políticas econômicas, tais como: o Banco do Brasil, que auxilia o agronegócio; a Caixa Econômica Federal, voltada à habitação e financiamento de longo prazo; e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que atua no setor de investimentos. No âmbito das unidades federativas, ocorre similarmente para os entes que contam com IFs estaduais. Todos os tipos de instituições monetárias operam diretamente no processo de intermediação financeira, concedem empréstimos para entes econômicos deficitários através dos recursos excedentes dos entes econômicos superavitários, com o diferencial de juros, que remunera os intermediários financeiros (FILGUEIRAS, 2010).

2.2 Operações de crédito

Ferreira (2014) define operação de crédito como o suprimento de recursos aos participantes do mercado que estão desprovidos de capital. Essa transação possui determinados custos ao tomador, como a taxa de juros e o valor cobrado pela utilização imediata do dinheiro, que paga ao prestador que optou por utilizá-lo no futuro. As instituições realizam a intermediação financeira, assumindo o risco pelo valor emprestado.

Assaf Neto (2015) comenta que as IFs optam por tomar decisões racionais visando à maximização de seus resultados. O enfoque na continuação das atividades da entidade exige um processo de crescimento constante no percentual das operações de crédito, devendo ao menos acompanhar a concorrência. Os principais fatores externos

que afetam o desempenho das instituições financeiras são: diretrizes da política econômica, comportamento da concorrência, legislação e inovações tecnológicas. Devendo sempre almejar ampliar as oportunidades de negócios, os gestores devem realizar estudo aprofundado sobre o custo do dinheiro para a entidade antes de tomarem decisões relevantes.

Na administração das instituições financeiras há um conflito entre liquidez e rentabilidade, precisando aplicar os recursos em ativos rentáveis e manter valor suficiente em caixa para atender desembolsos dos depositantes e aplicadores. Os principais riscos financeiros envolvidos são: variação de taxa de juros, mercado, crédito, operacional, liquidez e solvência. Estes tipos de riscos podem ser observados nos demonstrativos financeiros, principalmente nas alterações das contas de ativos e passivos. Destaca-se também o papel relevante do balanço e das notas explicativas. Por isso, o Manual de Normas do Sistema Financeiro (COSIF) (BCB, 2019) enfatiza os elementos que precisam constar nas notas explicativas sobre as operações de crédito (MARION & RIBEIRO, 2018).

Neste contexto, Ludicibus (2017) salienta que as entidades monetárias que atuam no mercado nacional devem adotar medidas preventivas que reduzam a inadimplência. A concessão de crédito somente deve ser realizada a quem tenha condições de honrar com os compromissos assumidos, efetuando pagamentos nas condições pré-estabelecidas no contrato de crédito. Uma das principais atividades bancárias é a operação de crédito, que gera diferentes níveis de risco.

A classificação do crédito por risco e provisionamento busca garantir responsabilidade e eficiência ao mercado financeiro. À medida que a avaliação das operações de crédito piora, devem ser elevadas as provisões para créditos de liquidação duvidosa, ou seja, possíveis perdas. Este quesito reduz o lucro das instituições financeiras. Tais medidas são necessárias para que os investidores e os tomadores de recursos tenham confiança no sistema financeiro. Para fortalecê-lo, surgiu a Resolução nº 2682/1999 do BCB, que determina a classificação de risco das operações de crédito e suas respectivas provisões, apresentadas na tabela 1.

Tabela 1 – Classificação de risco das operações de crédito e suas respectivas provisões

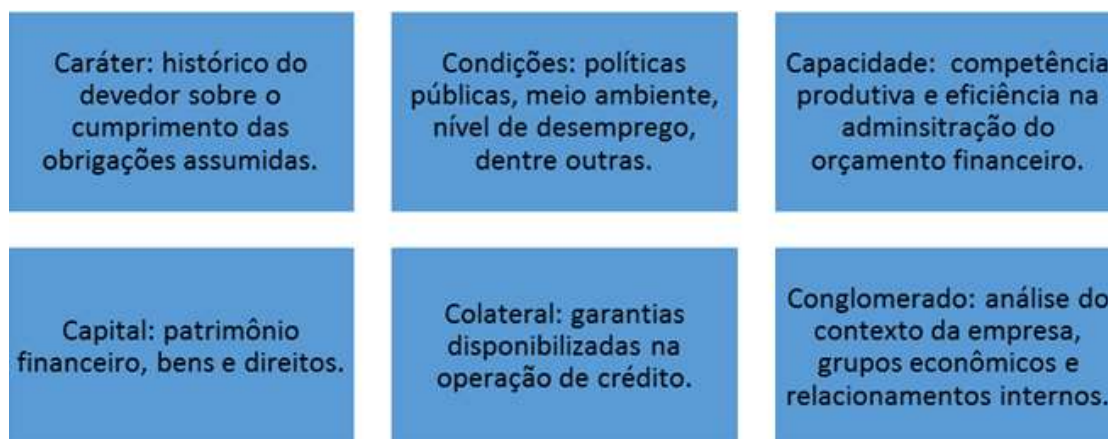
Classificação da operação	Dias de atraso	Provisão sobre o saldo devedor (%)
AA	Sem atraso	0,0
A	Até 15 dias	0,5
B	15 a 30 dias	1,0
C	31 a 60 dias	3,0
D	61 a 90 dias	10,0
E	91 a 120 dias	30,0
F	121 a 150 dias	50,0
G	151 a 180 dias	70,0
H	Mais de 180 dias	100,0

Fonte: adaptado de BCB (1999).

Gonçalves & Souza (2018) ressaltam que a classificação não depende apenas dos dias de atraso. Está relacionada também as condições dos tomadores de crédito e de seus avalistas, sendo analisado um conjunto de características: situação econômico-financeira, grau de endividamento, grau de solvência, capacidade de gerar resultados, fluxo de caixa, administração, qualidade dos controles, pontualidade dos pagamentos, contingências, atividade econômica e limite de crédito.

A classificação sofre influência das próprias características das operações “Cs” de crédito (quadro 1): suficiência, liquidez das garantias, valor, natureza e finalidade da transação. A classificação das operações deve ser efetivada anualmente, em circunstâncias normais da economia nacional. Para contemplar todos os itens citados, as entidades desenvolveram sistemas de análise de risco. Os sistemas transformam dados subjetivos da análise em dados objetivos, definindo padrões de propensão ao risco, utilizando histórico percentual de características pessoais que levam a inadimplência (FILGUEIRAS, 2010).

Quadro 1 – Características das operações “Cs” de crédito



Fonte: adaptado de Filgueiras (2010, p. 133-134).

3 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa é um estudo de caso, por tratar-se da análise dos resultados de uma instituição financeira pública. Esta categoria “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2017, p. 34). Prossegue o autor informando que o estudo de caso proporciona uma visão global do problema pesquisado e dos fatores que o influenciam.

Chizzotti (2014) afirma que o estudo de caso reúne dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, possibilita alcançar um conhecimento mais amplo sobre o caso em si, dissipar dúvidas, elucidar questões pertinentes e instruir ações posteriores. Esta abordagem auxilia a tomada de decisões justificando intervenções diante dos resultados atingidos. Nas instituições, pode aprofundar o conhecimento sobre seu desenvolvimento em um determinado período, o desempenho de setores, o estágio de uma atividade específica, dentre outros.

Conforme Pádua (2019) e Gil (2017), emprega-se também a pesquisa documental, executada a partir de documentos considerados cientificamente autênticos. A pesquisa documental é realizada a partir de materiais elaborados com finalidades diversas, como assentamentos, autorizações, relatórios, dentre outros. Materiais que podem ser reorganizados e reestruturados para formar uma nova análise do contexto e de suas repercussões.

No quesito abordagem do tema, considera-se o diagnóstico como qualitativo, já que possibilita a interação de certas variáveis e salienta características próprias da IF objeto de estudo. Descreve também as oscilações percentuais das operações de crédito, no período de 2016 a 2018. O estudo qualitativo investiga diversos elementos buscando apontar novas direções, imperceptíveis em um exame superficial. Além disso, auxilia a descrever o objeto de estudo com mais profundidade, voltado à sua compreensão e análise, sofrendo influência do pesquisador. Deve ser dissertado com uma estrutura sólida e coerente (MASCARENHAS, 2012; SAMPIERI, COLLADO & LUCIO, 2013).

Assim, a presente pesquisa analisará a carteira de crédito da instituição financeira pública (objeto deste estudo) via informações obtidas junto à esta IF, comparando-a com os resultados para o mercado nacional apresentados pelas

estatísticas monetárias e de crédito do BCB (2020). Foram também coletados dados das relações com investidores da instituição financeira selecionada: demonstrações financeiras consolidadas, notas explicativas, relatório da administração, apresentação dos resultados, dentre outros. Verificar-se-á, ao final, a variação de alguns destes elementos e se os resultados atingidos são compatíveis com os dos concorrentes do mercado nacional.

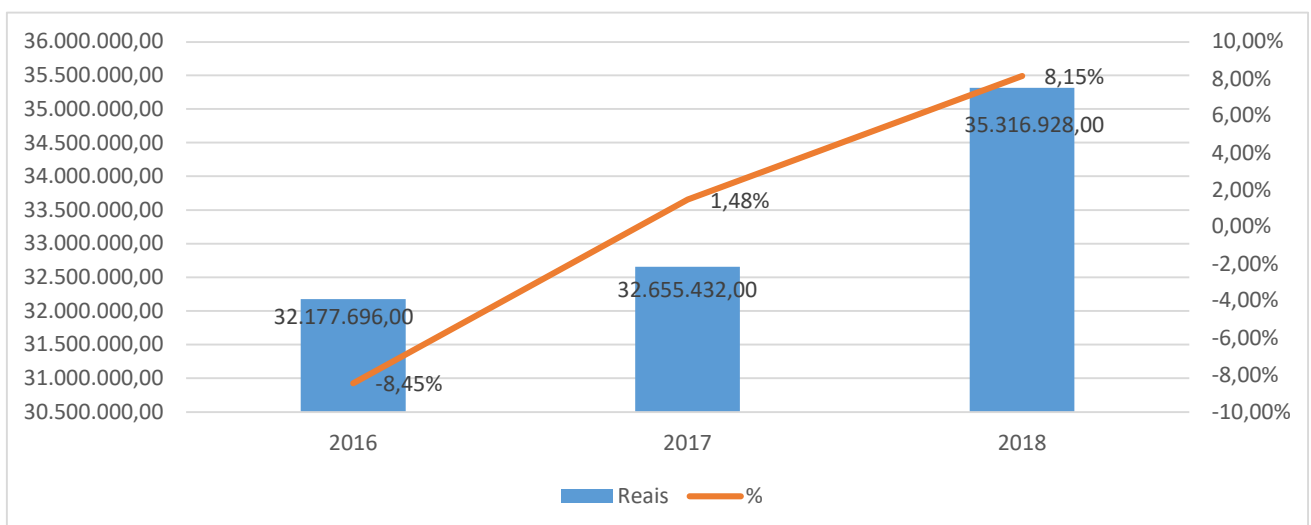
4 ANÁLISE CREDITÍCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA

Nesta seção primeiramente é apresentada a carteira de crédito da instituição financeira pública objeto de estudo no interregno pesquisado. Posteriormente, faz-se um exercício comparativo desta instituição com as demais instituições financeiras concorrentes atuantes no mercado nacional de modo agregado. Por fim, empreende-se a interpretação dos resultados.

4.1 Análise da carteira de crédito

A análise em série temporal (gráfico 1) acompanha o desempenho da carteira de crédito na instituição financeira entre os anos de 2016, 2017 e 2018, com vistas a verificar se ocorreu evolução positiva ou negativa neste período. Decompostas estão as contas para apontar os resultados obtidos pela referida IF.

Gráfico 1 – Carteira de crédito da instituição financeira pública pesquisada – 2016-2018 (R\$ e %)



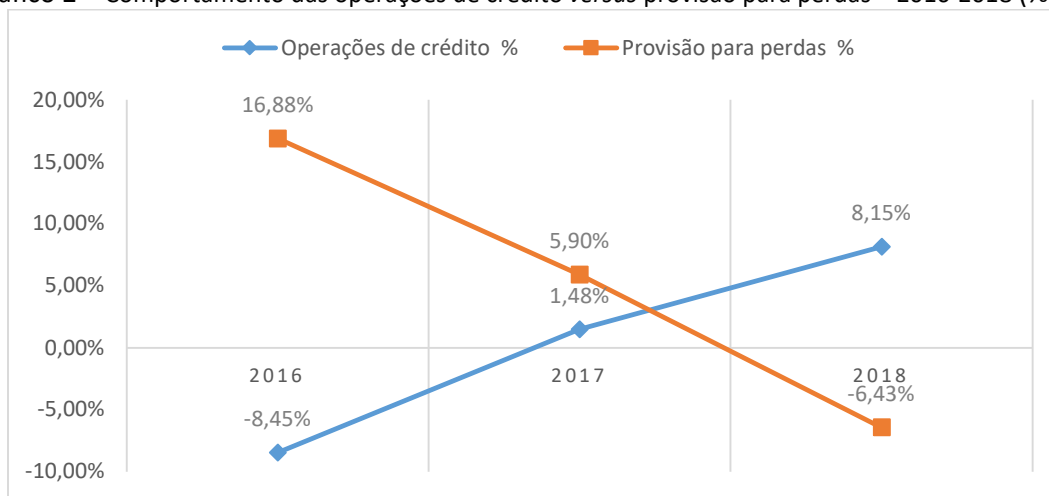
Fonte: elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pela IF pública pesquisada.

Observando o balanço patrimonial, observa-se que a carteira de crédito no ano de 2015 atingiu R\$ 35.146.702,00, com percentual de crescimento de 7,43% comparativamente ao ano anterior. No entanto, no ano de 2016 ocorreu uma queda de 8,45%, ou seja, perdeu-se todo o crescimento que havia obtido no ano anterior e também um percentual significativo de ganhos em anos anteriores. Totalizou o valor de R\$ 32.177.696,00 em 2016.

Em 2017 iniciou um processo de retomada de crescimento, chegando a R\$ 32.655.432,00 (evoluindo 1,48%). Este processo de retomada seguiu em 2018, obtendo-se R\$ 35.316.928,00 (aumento de 8,15%). Verifica-se que houve significativa redução na carteira de crédito no ano de 2016 e que ao longo dos anos de 2017 e 2018 retornou a valores próximos ao de 2015. Conforme relatório da administração da IF pesquisada divulgado no *site* de relação com investidores, isto foi motivado pelo cenário econômico que manteve-se complexo, retração do PIB, aumento de desemprego e queda de rendimentos.

Neste contexto, segundo o relatório da administração, o crédito comercial da pessoa jurídica foi o mais afetado – obtendo uma queda de 19,60% devido à elevação do risco. Em 2016 isso deveu-se, em grande medida, ao fato de que diversas empresas faliram ou entraram em recuperação judicial. Com o aumento do desemprego, ocorreu a redução do consumo e de investimentos. Se a população não consome, as empresas não vendem, o mercado fica estagnado e cresce a insegurança sobre o futuro. Esta cadeia impacta diretamente o crédito.

Gráfico 2 – Comportamento das operações de crédito *versus* provisão para perdas – 2016-2018 (%)



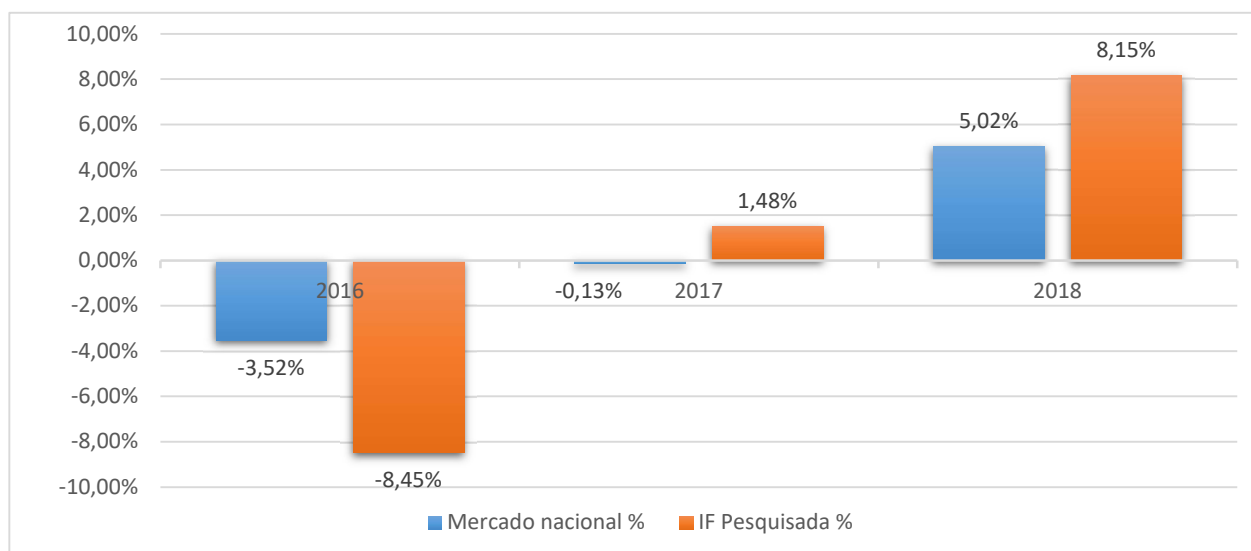
Fonte: elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pela IF pública pesquisada.

Constata-se no gráfico 2 que as operações de crédito e a provisão para perdas percorreram caminhos opostos. O crédito teve redução de 8,45% em 2016 em relação ao ano anterior, depois disso foi positivo em 1,48 % em 2017 e em 8,15% em 2018. Por seu turno, a provisão para devedores duvidosos (referente aos níveis de risco de inadimplência assumidos nas concessões de crédito) atingiu seu valor percentual mais elevado em 2016 (16,88% em relação a 2015). Em 2017 cresceu em 5,90% e em 2018 apresentou queda da ordem de 6,43% – respectivamente em relação aos anos imediatamente anteriores.

4.2 Análise comparada: carteiras de crédito do mercado nacional *versus* IF pesquisada

A análise comparativa executada com as demais instituições financeiras que atuam no mercado financeiro nacional, utilizando dados divulgados pelo BCB (2020), visa a mensuração do desempenho da IF examinada frente à concorrência. Optou-se por comparar com os dados percentuais do cenário nacional “médio” devido ao porte da instituição, já que as comparações discricionárias com valores monetários individuais divulgadas pelo BCB poderiam ser discrepantes.

Gráfico 3 – Comparação das carteiras de crédito Mercado nacional *versus* IF pesquisada – 2016-2018 – (%)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pela IF pública pesquisada e do BCB (2020).

Conforme gráfico 3, no ano de 2016 ocorreu queda da carteira de crédito tanto no mercado nacional quanto na IF selecionada objeto deste estudo. Para as instituições normatizadas pelo BCB, o percentual de redução na carteira de crédito foi de 3,52%. Enquanto a IF pesquisada obteve impacto significativo, reduzindo 8,45%.

Em 2017, enquanto a economia brasileira seguia sendo afetada pelas turbulências do mercado, as entidades monetárias fiscalizadas pelo BCB tiveram redução de 0,13% na carteira de crédito. A IF pesquisada já apresentava sinais de melhoria, atingindo o percentual de crescimento de 1,48%. Segundo o relatório da administração desta IF, neste ano ocorreram diversos incentivos para obtenção deste resultado. Dentre eles, destacam-se: os novos investimentos em tecnologia para modelos de risco de crédito, a compra de empréstimos através da portabilidade, o foco de atuação no agronegócio e nas pequenas e médias empresas.

Por sua vez, em 2018, o mercado financeiro nacional atingiu o crescimento de 5,02%, enquanto a IF pesquisada gerou um acréscimo de 8,15% na carteira de crédito. Este resultado estava, portanto, acima dos percentuais divulgados pelo BCB para o mercado nacional de crédito, sinalizando um desempenho eficiente da gestão do crédito na IF pesquisada.

4.3 Interpretação dos resultados

Quanto à análise da carteira de crédito, infere-se através do conjunto de dados apresentados que a IF objeto de estudo manteve o foco entre 2016 e 2018 em conceder crédito para pessoas físicas e jurídicas que apresentassem menor risco, pois houve uma expansão nos empréstimos e um decréscimo nos percentuais de provisão para devedores potenciais. Isto indicou mudança na gestão do crédito voltada à viabilizar a sustentabilidade da instituição, procurando manter o volume (quantidade) e melhorar a qualidade creditícia.

Constata-se tanto na análise em série temporal quanto na análise comparativa com a concorrência que a IF selecionada apresentou crescimento progressivo, ultrapassando inclusive a faixa de aumento do mercado nacional na carteira de crédito em 2017 e 2018. No último ano pesquisado atingiu seu melhor desempenho, alcançando o valor de 3,13% acima da média agregada da concorrência.

Apesar disso, a queda em 2016 foi 4,93% maior do que o das demais IFs. Logo, é desejável focar em uma evolução maior nesta categoria para compensar as perdas de 2016 e ser uma opção de investimento preferível frente à concorrência.

A maior dificuldade em se superar este desafio residiu (e reside) na fraca dinâmica da economia em 2019 e na perspectiva pessimista nesta seara para o ano de 2020, dado o contexto econômico-financeiro (também político-institucional) de instabilidade que assola o Brasil e suas instituições financeiras. Isto afetará a carteira de crédito de todas as IFs, dado o baixo volume de negociação esperado.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo investigar o desempenho creditício de uma instituição financeira (IF) pública brasileira entre 2016 e 2018. Contextualizo-se o referencial teórico através de fontes secundárias, derivadas de autores brasileiros que tematizam sobre as instituições financeiras e suas operações de crédito. Discorreu-se sobre a metodologia e a abordagem utilizadas na construção do estudo e procedeu-se a análise creditícia da IF pública selecionada – apresentando-se sua carteira de crédito, comparando-a com as demais instituições financeiras concorrentes atuantes no mercado nacional de modo agregado e, finalmente, interpreta-se os resultados.

Os principais dados da IF pesquisada revelados entre os anos 2016 e 2018 permitem observar que após a queda significativa dos valores monetários aplicados em concessão de crédito no ano de 2016, a carteira de crédito da instituição financeira cresceu progressivamente, atingindo seu melhor resultado em 2018, totalizando R\$ 35.316.928,00 (elevação de 8,15% em relação à 2017). Corroborando com os resultados, a provisão para devedores duvidosos apresentou um movimento de retração, com o desempenho mais favorável em 2018, com uma redução de 6,43%, indicando o encolhimento do risco na carteira de crédito.

Quanto à análise comparativa, a instituição financeira revelou uma redução significativa na carteira de crédito em 2016, sendo 4,93% maior que a das IFs que atuam no mercado nacional. Índices que melhoraram nos dois anos seguintes. Enquanto o mercado financeiro nacional ainda apresentava uma contração nas concessões de crédito, a instituição examinada já apresentava crescimento. Obteve o melhor

percentual de expansão no ano de 2018, totalizando 8,15% – 3,13% acima das instituições que atuam no mercado nacional.

Na análise combinada, verificou-se o crescimento percentual na série temporal em 2017 e 2018, um fator relevante para rentabilidade da instituição. A instituição mostrou sinais favoráveis nos seus índices de desempenho nos últimos dois anos, mas não o suficiente para acompanhar a concorrência.

Conforme levantado na introdução desta pesquisa, uma instituição financeira pública tem um papel importante a cumprir do ponto de vista da política econômica (uma das espécies do gênero políticas públicas, portanto) na economia e sociedade em que está inserida. Este aspecto é vital para ter-se em mente a democratização junto à sociedade brasileira do crédito financeiro, tão fundamental para as mais diversas atividades econômicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edgar Gomes de; SILVA, Lucas. **Sistema Financeiro Nacional**. São Paulo: Métodos, 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Resolução nº 2682**: dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Brasília: BCB (1999). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf>. Acesso em: 1/6/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **COSIF: Manual de Normas do Sistema Financeiro**. Brasília: BCB, 2019. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/aplica/COSIF>>. Acesso em: 1/6/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Estatísticas Monetárias e de Crédito**. Brasília: BCB, 2020. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>>. Acesso: 1/6/2020.

BRASIL. **Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4595.htm>. Acesso em: 1/6/2020.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SOUZA, Fernando Eduardo Pires; SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de; STUDART, Rogério. **Economia Monetária e Financeira**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: ATLAS, 2015.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FERREIRA, Marcelo Andrade. **Sistema Financeiro Nacional: uma abordagem introdutória dos mecanismos das instituições financeiras**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

FILGUEIRAS, Cláudio. **Manual de Contabilidade Bancária**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

GONÇALVES, Robson Ribeiro; SOUZA, Cristóvão Pereira de. **Sistema Financeiro Nacional**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

IUDICÍBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: Uma abordagem teórico-prática**. Campinas: Papirus, 2019.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.